

---

# A EDUCAÇÃO INDÍGENA COMO PONTO DE PARTIDA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

---

Jânio Ribeiro dos Santos<sup>1</sup> (UFS)  
Edinéia Tavares Lopes<sup>2</sup> (UFS)

## RESUMO

Este trabalho pretende apresentar alguns dos aspectos da relação estabelecida entre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena, baseando-se na opinião de 11 alunos de uma escola indígena que fizeram parte de uma pesquisa desenvolvida no Curso de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica (CEMEEB), entre 2008 e 2009, na Universidade Federal de Sergipe, cujo objetivo foi estudar a relação que esses alunos mantêm com a escola e com os saberes escolares, bem como a relação estabelecida entre a escola, a comunidade e seus saberes. Utilizou-se a observação e o questionário para a coleta de dados. Com base nos dados obtidos inferimos uma significativa relação entre a educação indígena e a educação escolar indígena que dentre outros aspectos tem contribuído para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem na escola que por sua vez tem favorecido na (re) afirmação da identidade indígena, nos direitos e significados da posse da terra, na manutenção/resgate da cultura, tradições, saberes e entre outros.

**Palavras-chave:** Educação Indígena – Educação Escolar Indígena – povo indígena Kiriri.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, os povos indígenas do Brasil lutam pela efetivação dos seus direitos educacionais conquistados por meio das reivindicações do movimento indígena postos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, que lhes representou o surgimento

---

<sup>1</sup> Especialista em Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE); especialista em Metodologias de Ensino para a Educação pela (UFS). Atualmente é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Desigualdades e Diferenças na Educação (GEPIADDE/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade (EDUCON/UFS) e coordenador do Programa Escola Ativa na Secretaria Municipal de Educação de Cel. João Sá/BA. E-mail: janioribeiro@ig.com.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação (NPGED/UFS), professora Assistente do Núcleo de Graduação em Química e coordenadora do CEMEEB/UFS/Campus Itabaiana, membro do NEAB/UFS, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Diferenças e Desigualdades na Educação (GEPIADDE/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade (EDUCON/UFS). E-mail: edineiat2@hotmail.com.

de uma nova concepção da escola indígena, caracterizada como uma escola comunitária, intercultural, bilíngüe/multilíngüe, específica e diferenciada.

Ao abordar sobre o discurso da nova Educação Escolar Indígena em sua tese de doutorado intitulada *Olhar longe, porque o futuro é longe - cultura, escola e professores indígenas no Brasil*, Grupioni (2008, p. 49) considera que:

Esse novo conjunto de idéias e práticas, ainda que propagado em sua generalidade, passa a estar no cerne de um discurso que se contrapõe a processos que venham de longa data e que se expressam no modelo da escola missionária e da escola civilizadora, que passam a ser combatidos enquanto modelos que deveriam ser superados.

Dentro dessa nova perspectiva em que a escola indígena vem sendo conceitualizada e implementada nos últimos anos, a educação escolar indígena não pode ser pensada fora dos contextos próprios da educação indígena de cada comunidade. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena que vem sendo implementada entre o povo Kiriri da aldeia Mirandela, localizada no município de Banzaê, estado da Bahia, a partir de uma pesquisa realizada com alunos/as do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Indígena José Zacarias. Assim, faz-se necessário discutirmos a seguir alguns aspectos diferenciais entre o que se convencionou denominar por Educação Indígena e Educação Escolar Indígena.

## **EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

A Educação Indígena refere-se a todos os processos educativos utilizados por cada povo indígena no ensinamento de atividades, sejam elas complexas ou corriqueiras (MAHER, 2006). Ainda para a autora, nas sociedades indígenas, os ensinamentos tradicionais ocorrem

de forma espontânea, cotidiana e continuada, sem espaço e sujeito específico para ensinar e aprender.

A escola é todo o espaço físico da comunidade [...]. Na Educação Indígena, não existe a figura do “professor”. São vários os professores da criança. A mãe ensina; ela é professora. O pai é professor, o velho é professor, o tio é professor, o irmão mais velho é professor... e todo mundo é aluno. Não há, como em nossa sociedade um único “detentor do saber” autorizado por uma instituição para educar as crianças e os jovens (Op. cit., p. 18).

Para compreendermos um pouco mais como ocorre o processo educativo indígena (Educação Indígena), discutiremos a cerca do ciclo de vida<sup>3</sup> percorrido por um indígena, processo acompanhado de ações pedagógicas nas quais contribui grande parte da comunidade em que ele está inserido (LUCIANO, 2006). Conforme o autor este ciclo é composto pelas seguintes etapas:

1. *A vida antes do nascimento*: o anúncio de uma gestação representa uma bênção, marcada por comemorações no qual se firma o compromisso de proteção e desenvolvimento integral da criança. A proteção inicia na infância e se estende até a fase adulta, sendo uma incumbência dos pais, familiares e comunidade. Durante a gravidez, alguns cuidados são tomados pelos pais, evitando comportamentos e hábitos proibidos. Assim, são adotados pelos pais vários procedimentos práticos como acordar cedo pela manhã para tomar banho antes que os demais membros da família acorde, não discriminar crianças e adultos, praticar a generosidade e a caridade. Os procedimentos adotados têm como objetivo garantir o nascimento de uma criança portadora de boas condições físicas, morais espirituais e, sobretudo preparadas para encarar a vida.

2. *Nascimento*: considerado como um momento sagrado, cercado de mistérios, rituais e cerimônias. Após o nascimento, a criança recebe a bênção pelo pajé, sendo

---

<sup>3</sup> De acordo Luciano (2006), índio da etnia Baniwa, este ciclo de vida é vivenciado por muitos povos indígenas do Brasil.

apresentada aos seres da natureza para que a proteja contra possíveis inimigos. Os primeiros ensinamentos são recebidos pela criança através dos pais e avós, responsáveis prioritários pela preparação da criança para a vida adulta. No decorrer desta preparação, a aprendizagem se dá pela observação, experimentação e por meio da curiosidade em compreender a vida dos adultos, sendo a intervenção da família e da comunidade essencial neste processo.

3. *Passagem da vida de criança à vida adulta*: esta etapa é marcada pela realização dos ritos de passagem de uma fase para outra, momento em que é observada sua preparação para assumir responsabilidades pessoais e que dizem respeito à coletividade. Os ritos de passagem se desenvolvem em três momentos: no primeiro, os jovens são levados para a selva e submetidos a testes de sobrevivência, numa jornada que tem duração mínima de três dias e máxima de quatro, sem alimentação e desenvolvendo atividades que exigem preparação física. No segundo momento, é realizada a etapa anterior ao rito, ocorrendo a apresentação dos jovens para a comunidade, responsável pelos aconselhamentos e orientações. Em alguns casos este é seguido de um simbolismo que inclui autoflagelações. Posteriormente, alimentam-se da comida preparada e benzida pelo chefe religioso. No terceiro momento, acontece o ritual propriamente dito, com atividades que envolvem a dança, os cantos, as rezas, as festas e outras como o casamento. Com a finalização do último ritual, o jovem é visto como adulto podendo casar, construir uma família e ser responsável por esta e pelo bem-estar de toda a comunidade e seu povo.

4. *Vida madura*: a velhice é um momento de extrema importância para um índio. Nesta fase os veteranos repassam os saberes tradicionais adquiridos para os seus familiares e mais novos. É também o momento em que os pajés e sábios indígenas escolhem seus sucessores, e repassam os ensinamentos necessários para atuação dos mesmos mais tarde.

Desse modo, podemos percebermos que o processo de ensino aprendizagem nas sociedades indígenas ocorre por meio de uma ação coletiva, onde cada sujeito contribui para transmissão de saberes acerca da cultura e dos seus modos próprios de vida. É assim que estão vivas até hoje manifestações culturais, religiosas entre outras, tão antigas quanto à existência desses povos.

Em suma, a Educação Indígena, como estratégia própria de educação, foi responsável pela manutenção da alteridade e da identidade indígena ao longo do tempo, por intermédio de artifícios como a ação pedagógica tradicional (MELIÀ, 1999).

Em contrapartida, a educação escolar proposta para os povos indígenas no Brasil, a partir da presença dos missionários católicos, especialmente os jesuítas, contribuiu historicamente dentre outros aspectos para o extermínio das culturas indígenas existentes, consoante aos ideais de imposição/dominação dos colonizadores portugueses.

Nesse sentido Bruno Ferreira (2006, p. 201), professor Kaingang, afirma que “a educação tradicional dos povos passou a ter uma nova visão, européia, uma educação que não respeita as diferenças existentes entre as sociedades, dessa maneira criando conflitos de identidade cultural e de nação”.

Após um intenso período de luta e resistência os povos indígenas começaram a pensar e buscar um modelo de educação que respeite seus saberes tradicionais, a diversidade étnica e cultural existente entre eles. Foi a partir da década de 1970, que os povos indígenas contaram com o apoio de alguns grupos organizados e juntos começaram a reivindicar um modelo de escola que respeitasse a diversidade e os direitos coletivos (MATOS; MONTE, 2006).

Como resposta a estas reivindicações, foram formuladas e aprovadas ao longo dos anos textos de ordenamento legal e normativo que constituem direitos educacionais assegurados aos povos indígenas. Assim, consideramos relevante apresentar alguns dos avanços na legislação que tratam da Educação Escolar Indígena no Brasil:

- A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, no Artigo 210 assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. No Artigo 215, incube o estado de proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos étnicos e no Artigo 231 reconhece aos índios a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como direitos sobre as terras que ocupam.
- A LDB aprovada em 20 de dezembro de 1996 que contempla dentre outros, os direitos educacionais indígenas dispostos na Constituição. Em seu Artigo 78, preconiza com dever dos sistemas de Ensino da União a oferta da educação escolar bilíngüe e intercultural por meio de programas de ensino e pesquisa. Assegura também a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, à valorização de suas línguas e ciências. Já no Artigo 79 assegura a articulação dos sistemas de ensino para elaborar programas de pesquisa com a participação das comunidades indígenas. Os programas têm como objetivo o fortalecimento das práticas sócio-culturais e lingüísticas de cada comunidade; a formação de especialistas para atuar nas escolas indígenas; desenvolvimento de currículos e programas específicos e a elaboração e publicação de materiais específicos e diferenciados.
- O PNE, promulgado em janeiro de 2001, assegurou o tratamento diferenciado da Educação Escolar Indígena. O PNE que reservou um capítulo da educação escolar nas áreas indígenas trazendo em sua redação um diagnóstico da sua oferta no país, apresentando as diretrizes e estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados pelos sistemas de ensino.
- A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Dentro dessa perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) apresentou em 1998, um novo modelo de escola indígena constituída a partir das seguintes características: comunitária, intercultural, bilíngüe/multibilíngüe e específica e diferenciada. Conforme o RCNEI (1998, p.24-25) essas características se justificam,

1.  
comunitária: porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.
2.  
intercultural: deve reconhecer e manter a diversidade cultural e lingüística; promovendo uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, lingüísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social política.
3.  
bilingüe/multilíngüe: porque as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos [sic], as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas são, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos que são hoje monolíngües em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo, assim, um quadro de bilingüismo simbólico importante.
4.  
específica e diferenciada: porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena.

Conforme Grupioni (2006, p. 45), é nesse novo contexto “que os povos indígenas têm reivindicado uma escola que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando-lhes acesso a conhecimentos necessários para um novo tipo de interlocução com o novo mundo de fora da aldeia”.

## OS KIRIRI DE MIRANDELA

Atualmente a população indígena da Bahia é formada por 14 povos (BAHIA, 2008), sendo um deles o povo Kiriri que vivem na Reserva Indígena Kiriri localizada no município de Banzaê.

Os índios da etnia Kiriri são “descendentes da grande nação Kariri, que, no início da colonização portuguesa, vivia no interior da Bahia até o Maranhão” (CÔRTEZ, 1996, p. 5). A história do povo Kiriri é “marcada por muitas guerras com os brancos que foram invadindo nossas terras. Essa é uma história muito lamentável! Daí é que ser Kiriri significa quatro séculos de resistência e luta” (PROFESSORES KIRIRI apud BAHIA, 2005, p. 18).

As terras da reserva foram doadas pelo rei de Portugal em 1700 por meio de um Alvará Régio, destinado a então missão jesuítica, nomeada Nosso Senhor de Ascensão do Saco dos Morcegos, tendo como centro a igreja da aldeia Mirandela (BAHIA, 2005). Compreende uma área de 12.300 hectares (em forma de octógono) formada por diversas aldeias dentre elas Mirandela, “coração da reserva indígena Kiriri” (MARIANO, 2000, p.1).

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), regional de Paulo Afonso-BA, no ano de 2008, viviam na aldeia Mirandela aproximadamente 370 pessoas, sendo 203 homens e 167 mulheres.

Nesta aldeia, a principal fonte de renda dos índios é a agricultura de subsistência com a plantação dos produtos mais propícios ao solo e comercializados na região, como o milho, feijão, mandioca, batata doce, entre outros produtos (ISA, 2000; BAHIA, 2005).

A escola da aldeia que recentemente passou a pertencer a rede estadual possui quatro salas de aula, a diretoria e a secretaria da escola funcionam em um local anexo. A escola oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno. No ano de 2008, estudavam 479 alunos, atendidos por um corpo docente formado exclusivamente por índios sendo: 26 professores, um diretor e duas coordenadoras pedagógicas (SANTOS 2009).



Com a transição da escola para rede estadual, o calendário escolar seguido tem sido o proposto pela SEC-BA. Já o currículo trabalhado pela escola é diferenciado, como é o caso da disciplina Cultura e Linguagem Indígena que tem como objetivo resgatar a cultura e a linguagem Kiriri. A importância da inserção desta disciplina no currículo pode ser confirmada nas palavras da professora Mônica Kiriri:

esse ponto é importante pra gente, como também pra comunidade que é uma força, pra nós todos, nós índios, principalmente de tradição, dos costumes antigo. Eu sempre desejava, desejava não, dejeso saber dos povos, às vezes, assim, eu pergunto a pai como era antigamente os índios mais vieiros, procuro saber como era, ele conta. Às vezes, pergunto tudo. Às vezes, mãe canta roda. Eu tenho um bocado de música de canto de roda copiada no caderno, aí a gente copiou vários. Também pai que tem aqueles livros da linguagem indígena, só uns dois nomes que eu peguei, já, por exemplo, já sei, a boca o cabelo, a cabeça, o olho. Cabelo é du, cabeça é tcambu, boca é waridza, olho é incopó, são essas que já peguei quero pegar mais. Não sei se vai dar certo pra pegar (...). Eu estou praticando um pouquinho que é pra eu passar pra as crianças (MÔNICA KIRIRI apud CÔRTEZ, 1996, p.110).

Dessa forma, percebemos na fala da educadora a relevância atribuída pelos Kiriri por uma educação escolar intercultural e bilíngüe, pois respeitar e trabalhar a diversidade cultural, os saberes tradicionais, a língua materna em diálogo com o conhecimento científico, é tarefa primordial da escola em seus diferentes contextos.

Garantir uma educação escolar nesta perspectiva tem sido um grande desafio para o povo Kiriri de Mirandela. Dentre os desafios que são colocados para esta comunidade escolar citamos alguns: ampliação e reforma do prédio escolar; oferta do Ensino Médio Indígena na aldeia, já que os alunos da aldeia se deslocam para a cidade de Banzaê para cursar o Ensino Médio em escola não-indígena; formação dos professores da escola em cursos de Licenciatura Intercultural; distribuição de materiais didáticos e pedagógicos.

Dessa maneira, no transcorrer das reivindicações do povo indígena Kiriri de Mirandela pela garantia dos seus direitos, assegurados na legislação brasileira, insere-se a luta

pela implementação de projetos de educação escolar baseado na perspectiva da educação diferenciada.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa da pesquisa educacional. Os sujeitos da pesquisa foram 08 alunos e 03 alunas do 5º ano ensino fundamental, da referida escola. A idade dos sujeitos varia entre dez e vinte e um anos, sendo nove com idade correspondente entre 10 e 13 anos, um de 14 e outro de 21 anos.

Como técnica de coleta de dados utilizou-se: questionários e observações. Optou-se por utilizar o questionário produzido pelo subgrupo Outras Modalidades e Diversidade que somos integrantes no EDUCON<sup>4</sup>.

Os questionários utilizados são compostos por questões que abordaram itens referentes à identificação dos sujeitos como (identificação; sexo; idade; série; turno; cor/raça/etnia; nome e endereço da escola) e por questões abertas que abordaram itens acerca da relação que esses alunos mantêm com a escola, com os saberes escolares, com a comunidade e seus saberes. Os questionários foram aplicados no dia 03 de setembro de 2008 e os resultados foram agrupados em Categorias e Subcategorias e os sujeitos da pesquisa foram identificados pelo código: SP; sexo: F ou M, seguido de um número inteiro.

As observações foram realizadas durante a primeira visita na aldeia e no dia da aplicação dos questionários. Observamos alguns aspectos relacionados a estrutura física da escola, bem como aspectos ligados ao trabalho e vivência dos indígenas na aldeia.

---

<sup>4</sup> Esse grupo vem desenvolvendo pesquisa coletiva que tem como foco central, as relações que os estudantes sergipanos, nos diversos níveis e modalidades do ensino da Educação Básica, mantêm com as várias disciplinas de ensino.

## EU, A COMUNIDADE E A ESCOLA

Em relação à indagação **o que sei da minha comunidade me ajuda na escola** (Quadro 1), maior frequência de inferência foi acerca das atividades envolvendo ensino/aprendizagem (07), se referindo que o saber que possui da comunidade ajuda na escola a desenvolver atividades como aprender matemática, estudar, escrever, aprender muitas coisas e a segunda maior inferência foi acerca da comunidade (02).

Com base nesses dados, consideramos que os saberes que os alunos possuem sobre a comunidade ajudam na escola, principalmente, no desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, além de possibilitar uma reflexão sobre a comunidade e, sobretudo, o direito pela posse da comunidade. Vejamos o que ressaltam alguns sujeitos da pesquisa.

*Me ajuda a ler.* (SP/M. 05)

*Estudar, escrever.* (SP/M. 11)

*Como são nossos direitos pela posse de Mirandela.* (SP/M. 08)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Fr</b>	<b>Fr.T</b>
		.	.
Atividades acerca ensino/aprendizagem	Aprender matemática.	01	07
	Aprender muitas coisas.	01	
	Estudar.	01	
	Escrever.	01	
	Ler.	01	
	Trabalhos.	02	
Acerca da comunidade	Estudo a comunidade.	01	02
	Direitos pela posse.	01	
Contribuição para aprendizagem	Às vezes ajuda.	01	02
	Não ajuda.	01	

Quadro 1 – O que sei da minha comunidade me ajuda na escola

Na indagação, **na minha comunidade eu aprendo** (Quadro 2), a categoria aspectos acerca da cultura obteve onze inferências. Nesta, destacaram itens como: a natureza, cultura, aprender idiomas, os costumes, coisas novas, coisas sobre nós, trabalhar. Na seqüência, apareceu a categoria outros aspectos com três inferências, se referindo a outros tipos de aprendizagens adquiridos na comunidade como: coisas novas, tudo de bom. Conforme os dados apresentados, podemos afirmar que desde cedo as crianças começam a receber ensinamentos acerca da cultura, dos saberes e práticas tradicionais do seu povo, sendo repassado de geração para geração. Dessa forma, retomamos a fala de Melià (1999), ao relacionar a ação pedagógica tradicional (Educação Indígena) a manutenção da alteridade e da identidade indígena ao longo do tempo. Segundo as falas dos sujeitos:

*A natureza, o artesanato e a cultura.* (SP/M. 05)

*Trabalhar com os mais velhos.* (SP/M. 07)

*A falar o idioma e muita coisa eu aprendo.* (SP/F. 02)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Fr.</b>
Aspectos acerca da cultura	Natureza (02), cultura (02), idioma (01), costumes (01), coisas sobre nós (01), trabalhar (01), artesanato (02), cuidar das plantações (01).	11
Outros aspectos	Coisas novas (01), tudo de bom (01), muitas coisas (01).	03
Não categorizado	Não entendeu.	01

Quadro 2 – Na minha comunidade eu aprendo

As respostas à indagação **na escola eu aprendo** (Quadro 3 ), foram agrupadas em três categorias: aspectos acerca do processo ensino/aprendizagem, outros aspectos e aspectos acerca da cultura. A categoria aspectos acerca do processo ensino/aprendizagem teve onze inferências. Foram mencionadas atividades como: ler, escrever, somar, estudar. A categoria outros aspectos teve duas, foi evidenciado que obtém aprendizados relacionados às coisas importantes e com o professor. Aspecto acerca da cultura teve uma inferência relacionada ao aprendizado de artesanato na escola, conforme podemos verificar nas falas abaixo:

*Eu aprendo a ler, escrever e somar. (SP/F. 01)*

*A escrever muito. (SP/F. 03)*

*Artesanato como: abano, colar, flecha e tanga. (SP/M. 08)*

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Fr</b>	<b>Fr. T.</b>
Aspectos acerca do ensino/aprendizagem	Ler (05), escrever (03), somar/matemática (02), estudar (01).	11	14
Outros aspectos	Coisas importantes (01), com o professor (01).	02	
Aspectos acerca da cultura	Artesanato	01	

Quadro 3 – Na escola eu aprendo

Assim, podemos inferir mais uma vez que para esses alunos, a escola é vista como um local de apropriação de atividades intelectuais e que além de possibilitar aprendizagens relacionadas a outros aspectos, proporciona ainda aprendizados acerca de aspectos da cultura dos alunos, contribuindo dentre outros aspectos para o processo de (re) afirmação étnico-racial, para reconstrução e manutenção da cultura indígena dos alunos e do seu povo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados percebemos que os saberes adquiridos na comunidade têm contribuído principalmente para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem na escola. Assim, inferimos uma significativa relação entre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena que vem sendo implementada na perspectiva da educação diferenciada entre o povo indígena Kiriri de Mirandela, que por sua vez lhes tem contribuído para (re) afirmação da identidade indígena, para os direitos e significados da posse da terra, para reconhecimento dos seus saberes tradicionais e ainda para o resgate/manutenção de sua cultura e da linguagem materna.

Nesse contexto a educação tem se configurado para os povos indígenas, neste caso específico entre o povo Kiriri de Mirandela, “essencialmente distinta daquela praticada desde os tempos coloniais, por missionários e representantes do governo. Os índios recorrem à educação escolar, hoje em dia, como instrumento conceituado de luta” (FERREIRA, 2001, p. 71).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Escolar Indígena na Bahia: o diálogo como princípio na construção da política pública divulgado**. Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Nosso povo: leituras Kiriri: educação diferenciada na visão do povo Kiriri**. Salvador: MEC/FNDE/SEC/ SUDEB, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília: 2008.

CÔRTEZ, Clélia Neri. **A educação é como o vento**: os Kiriri por uma educação pluricultural. 1996. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. cap. 4, p. 71-111.

FERREIRA, Bruno. Experiência de Formação de professores. In: GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2006. cap. 4, p. 217-226.

GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe - cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. 2008. 237f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39-68.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Kiriri**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.institutosocioambiental.org/pt/povo/kiriri/703>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

LUCIANO, Gerssem dos Santos. Educação Indígena. In: \_\_\_\_\_. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 128-171.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPPIONI, Luiz Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. cap. 1, p. 11-37.

MARIANO, Agnes. **Índios sertanejos**: a vida dos Kiriri. Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~kiriri>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

MATOS, Cleber Gesteira; MONTE, Nietta Lindenberg. O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. cap. 1, p. 69-113.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 49, p. 11-17, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0380.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2008.

SANTOS, Jânio Ribeiro dos. **Educação Escolar Indígena**: um estudo da relação com o saber de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do povo indígena Kiriri. 2009. 60f. Monografia (Especialização em Metodologias de Ensino para a Educação Básica) – Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2009.